

**Resumo das Comunicações do Seminário**

# *Agricultura Familiar* *e Circuitos Curtos*



*Consolidar o Passado, Planejar o Futuro*



## PREÂMBULO

A convergência entre novas tecnologias de informação e estruturas para o transporte de longa distância abriu caminho para que a grande distribuição conquistasse, a partir da década de 90, um poder sem precedentes sobre a configuração dos sistemas agroalimentares, exercendo um crescente controlo sobre os fluxos que vinculam a produção, a transformação, a distribuição e o consumo de alimentos. Esta situação originou fortes e graves desigualdades entre produtores, principalmente para aqueles cujo tipo de agricultura é considerada familiar ou de pequena dimensão.

Em paralelo, e como forma de resistência a esse processo dominante, surgiram movimentos inovadores voltados para a reorganização dos sistemas agroalimentares. Estes processos sociais emergentes procuram, entre outros, revitalizar os circuitos curtos de comercialização que promovem uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada na agricultura, ao mesmo

tempo que alteram os consumos em favor da sustentabilidade económica, social e ambiental. Ganha assim corpo a ideia de que a comercialização de proximidade é um modelo orientado para conferir aos pequenos agricultores crescentes graus de autonomia e de confiança na sua relação com os consumidores. Experiências nacionais e internacionais têm demonstrado que a comercialização de proximidade aumenta o rendimento dos pequenos agricultores e influencia positivamente os hábitos alimentares das famílias, que cada vez mais querem conhecer a origem e os impactos social e ambiental dos processos de produção.

Os circuitos curtos de comercialização favorecem a inserção dos pequenos produtores no mercado, sendo por isso uma excelente resposta ao escoamento dos produtos provenientes da agricultura familiar, permitindo vender diretamente aos consumidores produtos sazonais, frescos e saudáveis, produzidos de forma sustentável.

2014 foi proclamado o Ano Internacional da



Agricultura Familiar impondo-se por isso, a necessária reflexão sobre a importância da produção e comercialização das unidades agrícolas familiares e seu futuro.

O Seminário “Agricultura Familiar e Circuitos Curtos”, realizado no dia 30 de Outubro no Cineteatro Municipal João Mota em Sesimbra, resultou de uma parceria entre a ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, a ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, a Câmara Municipal de Sesimbra, a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo e o Instituto Superior de Agronomia, e contou com a presença de agricultores, consumidores, representantes e peritos de diversas instituições locais e nacionais.

As intervenções centraram-se na relevância da agricultura familiar e da comercialização de proximidade, como oportunidade para impulsionar a economia e as comunidades locais. A maior parte dos exemplos apresentados demonstraram estratégias e metodologias que pelos resultados revelam a importância de criar

parcerias, concertar intervenções, envolver produtores e consumidores em ações coletivas, e produzir conhecimento, experimentação e inovação, que possam ser replicados e disseminados noutros contextos territoriais.

O Programa de Desenvolvimento Rural 2020 traz novos apoios e novos desafios para os agricultores, incluindo pela primeira vez uma ação específica para a implementação de circuitos curtos de comercialização, cumprindo as orientações da Comissão Europeia para incentivar este tipo de iniciativas.

Espera-se assim que o próximo período de programação seja profícuo em projetos e experiências que impliquem a mudança a uma escala mais ampla. Trata-se de um desafio lançado a toda a sociedade, produtores, consumidores, técnicos e decisores, empenhados em prosseguir o trabalho em prol de territórios mais competitivos, inovadores e solidários.

# SESSÃO DE ABERTURA

---

**Isabel Conceição,**  
Presidente da ADREPES

“Existem em todo o mundo mais de 500 milhões de propriedades agrícolas familiares, o que torna a agricultura familiar na forma predominante de agricultura a nível mundial.

Para além do seu papel imprescindível na produção de alimentos, a agricultura familiar assegura ainda a criação de emprego, a gestão dos recursos naturais, a protecção do ambiente e a preservação de variedades locais, contribuindo para um desenvolvimento sustentável dos territórios. A Organização da Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura decidiu por isso declarar 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, possibilitando desta forma aumentar a visibilidade dos pequenos agricultores e o impacto do seu trabalho no território” afirmou no início da sua intervenção a Presidente da ADREPES.

“Na península de Setúbal muitas explorações agrícolas são de cariz familiar, com destaque para as de pequena dimensão, normalmente lideradas por produtores singulares, frequentemente com mais de 65 anos, e com dificuldades de comercialização da produção. Neste quadro, a ADREPES e um conjunto vasto de parceiros ousaram propor uma metodologia inovadora de comercialização de produtos hortofrutícolas, construída de baixo para cima, a que demos o nome de PROVE – Promover e Vender, que foi fortemente apoiada pela iniciativa comunitária EQUAL. Foi assim possível fomentar as relações de proximidade entre quem produz e quem consome, estabelecendo circuitos curtos de comercialização de produtos hortofrutícolas entre pequenos produtores agrícolas e os

consumidores finais. Através do PROVE pequenos agricultores tornaram-se empresários, donos de um negócio sustentável que começa na produção agrícola e termina na comercialização e no contacto directo com o consumidor”, prosseguiu, recordando que:

“A realização deste seminário, aqui, em Sesimbra, não podia ser mais apropriada. Foi precisamente aqui, há oito anos atrás, em Junho de 2006, que se iniciaram as primeiras entregas de cabazes PROVE, ali ao lado, no Zambujal. O arrojo e o empreendedorismo das agricultoras que fundaram o núcleo PROVE de Sesimbra, aliados à persistência e ao trabalho de promoção do mundo rural desenvolvido pela Câmara Municipal, muito contribuíram para o sucesso actual do PROVE neste concelho. Sesimbra é, neste momento, o concelho do país com maior número de núcleos PROVE a nível nacional e tem ainda condições para envolver mais agricultores e abastecer mais locais de entrega, sendo por isso um exemplo do fomento da agricultura familiar e dos circuitos curtos de comercialização. A solução PROVE foi inicialmente concebida para um problema sentido na península de Setúbal, mas rapidamente constatámos que poderia ser facilmente transferida para outros territórios com problemáticas similares. Assim, devido à acção de 16 Grupos de Acção Local, que se associaram através de um projecto de cooperação, que contou com o apoio do PRODER e que envolveu a Federação Minha Terra, instituições do ensino superior e muitos outros que contribuíram de forma empenhada na sua concretização. Desde logo um destaque especial para os agricultores e os consumidores que resolveram abraçar esta iniciativa inovadora, que permitiram fazer do PROVE uma realidade que hoje está de Norte



a Sul do país. Actualmente estão envolvidos no PROVE cerca de 130 produtores agrícolas e os respectivos agregados familiares, e mais de cinco mil famílias consumidoras, conferindo-lhe o estatuto de maior e mais importante experiência no que diz respeito à comercialização de proximidade”.

No seguimento desta ideia, a Presidente da ADREPES reforçou que o “PROVE é, sem dúvida, uma solução a ter em conta para a promoção da competitividade da agricultura familiar, pelo que a disseminação junto de novos territórios e a adesão de novos agricultores deve ser incentivada. Foi neste contexto que participámos activamente no Grupo de Estudo para a Valorização da Produção Agro-alimentar Local, numa tentativa de identificar constrangimentos e propor medidas facilitadoras dos circuitos curtos de comercialização. Foram identificadas medidas que, a serem aplicadas, podem contribuir para a dinamização da agricultura familiar e destes circuitos de comercialização. O futuro de experiências inovadoras de comercialização em circuito curto depende da aplicação correcta destas medidas. De facto, só num quadro legislativo e regulamentar adequado à realidade da agricultura familiar será possível continuar a evoluir e a inovar.

Na ADREPES estamos também firmemente empenhados na implementação de uma metodologia que permita que as nossas cantinas, refeitórios e restaurantes possam aceder aos nossos produtos locais de qualidade. Desta forma pretendemos inverter um ciclo perverso, que privilegia a aquisição de produtos exteriores ao território em nome do mercado e da livre concorrência, ignorando os ganhos ambientais e sociais proporcionados pela aquisição de

produtos locais”.

Antes de concluir, Isabel Conceição referiu ainda que: “no período de programação 2014-2020 delega nos GAL a responsabilidade de gestão de uma medida específica para a implementação de circuitos curtos de comercialização e de apoio aos produtos locais de qualidade, dando corpo às indicações da União Europeia para incentivar este tipo de iniciativas. Aparentemente ficaremos munidos de mais e melhores recursos para apoiar a comercialização de proximidade e a agricultura familiar. Importa agora que toda a regulamentação seja rapidamente definida de modo que os GAL possam, sem os indesejáveis hiatos de pagamento, prosseguir a sua missão. Finalmente, gostaríamos de agradecer, em nome da Comissão Organizadora, a todos os participantes em particular, aos moderadores e oradores dos diferentes painéis o facto de terem aceite o desafio para partilharem connosco conhecimento e experiência. A todos, votos de uma frutuosa jornada de trabalho.

**Frederico Reis,**  
Representante da ANIMAR

O representante da ANIMAR começou por referir que “este ano é Ano Internacional da Agricultura Familiar, ao qual a ANIMAR se associou na perspectiva de contribuir para a visibilidade da sua importância enquanto actividade complementar aos rendimentos familiares de quem vive em meio rural, quer pela via do auto-consumo, quer pela via da comercialização de excedentes.

**Os circuitos curtos de comercialização são um elemento catalisador de uma economia local,** sendo que a ANIMAR tem trabalhado esta



dimensão na lógica das redes colaborativas de produção local”.

Concluindo por considerar que com “as diferentes formas que os circuitos curtos de comercialização e as diferentes estratégias territoriais de abordagem esperamos, com expectativa, que este momento seja, ou possa vir a ser, um catalisador para a criação de um grupo operacional, ou no quadro da Rede Rural Nacional ou noutro fórum que se venha a considerar pertinente, na qual temos expectativa de colaborar com as entidades organizadoras do evento e outras aqui presentes

### **Isabel Rodrigo,**

Professora do Instituto Superior de Agronomia

Para a professora do ISA “este seminário é um acontecimento importante, em que tenho a honra de participar, porque se ocupa de questões importantes e inter-relacionadas. Por agricultura familiar considero aquela que abarca o conjunto de explorações cultivadas, principalmente ou na totalidade, por mão-de-obra familiar. De acordo com os dados dos recenseamentos agrícolas, entre 1989 e 2009, ou seja, desde que Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia, continua a ser, no Continente, a agricultura que cultiva a maior parte da superfície utilizada; é aquela que tem o maior número de explorações; a que mais riqueza cria em termos económicos e em termos de trabalho, e é também a que mais resistiu desde 1986, isto é, a que praticamente ficou inalterada e na qual o número de explorações também se manteve e a que demonstrou maior capacidade de ajustamento face às adversidades”, referindo ainda, na parte final da sua intervenção, que:

“O PROVE é um bom exemplo deste tipo de agricultura. Conheço o PROVE profundamente, pois tive a oportunidade de fazer a avaliação deste projecto e das suas dinâmicas. Conheci todos os actores activos, ou seja, os produtores, e, juntamente com os GAL, testemunhei a sua dinamização e a forma como, no dia-a-dia, suportam esta dinâmica territorial que ajuda a que o rural não desapareça na sua capacidade social e económica. Por isso, o PROVE é um projecto que promovendo os circuitos curtos é uma modalidade relevante para apoiar a agricultura familiar, integrar os consumidores nas cadeias agro-alimentares, tão afastados que eles estão pelo modelo dominante, e ainda com a vantagem de podermos ajudar a permanecer no território uma dinâmica social, económica e territorial”.

### **Manuel Meireles,**

Delegado Regional da Península de Setúbal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Começo por cumprimentar os membros da mesa e, principalmente, agradecer a realização deste seminário a todos os parceiros, principalmente dos promotores, restantes oradores e a presença de um público tão variado de estudiosos, de representantes da Administração Local e Regional e dos diversos parceiros, tendo a certeza que a agricultura familiar tem aqui neste território condições para a apresentação de bons projectos, como alguns dos que vão ser apresentados aqui nos próximos painéis”, disse, em jeito de saudação, o Delegado Regional da Península de Setúbal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.



## **Augusto Pólvora,**

Presidente da Câmara Municipal  
de Sesimbra

Já aqui foi referido o papel que Sesimbra tem assumido, em particular nos últimos anos, neste processo de valorização da agricultura familiar e dos pequenos produtores”, afirmou o Presidente da Câmara, para quem “é importante realçar aqui a data que, em 2006, assinalou o arranque do primeiro núcleo de produtores do PROVE, em Sesimbra e a nível nacional, e que se transformou num projecto bastante interessante por todo o país”.

“É óbvio – prosseguiu – que não estou aqui a dizer que não havia, antes de 2006, aqui no concelho, trabalho importante já feito, mas gosto de realçar esta data pela importância que o projecto PROVE tem, e também por a essa data associar uma parceria feliz entre a Câmara Municipal, a ADREPES e a Direcção Regional de Agricultura e Pescas.

“É bom recordar que no início do parosses PROVE começaram por ser feitos 10 cabazes pelo único núcleo então existente. Neste momento, além do núcleo de Sesimbra, existe um na Quinta do Conde, assim como em Lisboa. E, só em Sesimbra, hoje, são entregues 50 cabazes; na Quinta do Conde 150 e, na capital, cerca de 300 cabazes por semana. Estamos a falar de 500 cabazes por semana, com um valor comercial da ordem dos 5000 euros, e de 2500 a 3500 quilos de fruta e legumes entregues na mão dos consumidores directamente pelos pequenos produtores. Em oito anos é, de facto, um caso importante de sucesso, que permitiu a estes doze produtores terem uma rentabilidade e uma garantia de retorno que não tinham até

então, e a introdução permanente de melhorias na forma de chegar aos consumidores e os satisfazer. Este projecto não seria possível sem o apoio do EQUAL na fase inicial, mas também não teria sido possível sem o envolvimento, em primeiro lugar, dos próprios produtores e das várias instituições. Este processo, aliás, teve tanto reconhecimento que a própria Comissão Europeia o distinguiu, em Fevereiro de 2011, como o projecto do mês na União Europeia nesta área da agricultura.

“Para além deste projecto PROVE – continuou –, gostava de referir um projecto relativamente recente, realizado na Quinta do Conde, que são as Hortas Solidárias, onde aproveitámos um espaço abandonado na várzea da Quinta do Conde para criar, numa primeira fase, entre as 168 candidaturas apresentadas, 61 talhões, dos quais 55 foram entregues a famílias e seis a ONG. E parece-me importante referir que foram realizadas com estas famílias a quem foram atribuídos talhões, quatro acções de formação, dando-lhes um conjunto de instrumentos para poderem obter maior rentabilidade, assim como foi construído um Centro de Apoio às hortas”. Referindo “a parceria que tem havido com o CEARTE, que permitiu, entre 2007 e 2014, a realização de sete acções de formação gratuitas para agricultores e para pessoas que, não sendo agricultores, têm vocação para a agricultura familiar”, Augusto Pólvora quis “igualmente realçar a parceria com a AVIPE no desenvolvimento de uma acção para a aplicação de produtos fitofarmacêuticos”, assim como com a “Direcção Regional de Agricultura, permitindo que haja 108 agricultores do concelho com acesso ao gasóleo agrícola.

“Por último – realçou – Sesimbra tem um



Mercado Municipal, aqui, na sede do concelho, outro na Quinta do Conde, e ainda um mercado especialmente dedicado a produtores, também aqui na vila de Sesimbra, outro na Lagoa de Albufeira e, mais recentemente, abrimos um núcleo, na Moagem de Sampaio, igualmente com grande sucesso. Sem esquecer a importância da Feira do Mel da Península de Setúbal, ou o projecto da maçã camoesa, que foi certificada recentemente, e que tem uma produção que já atinge os 12000 quilos anuais e que vai certamente crescer”.

A concluir, o Presidente da Câmara afirmou esperar que o “trabalho feito possa motivar mais gente a entrar nesta área. Até porque vivemos

num tempo em que, ao mesmo tempo que podemos entrar num supermercado e comprar uma fruta que foi apanhada na África do Sul ou no Chile, também é verdade que hoje há uma maior consciência relativamente à qualidade dos produtos que consomem. E, portanto, uma procura muito maior de produtos locais, cuja pegada ecológica é menor pois estão ali, como se costuma dizer, à mão de semear, e dão uma melhor garantia de qualidade a quem os consome, sendo também uma forma de manter activos pequenos agricultores, que não têm dimensão para uma escala internacional, assim permitindo satisfazer uma procura que existe”.



# 1º PAINEL

## A AGRICULTURA FAMILIAR: O QUE É?

Moderador: Manuel Meireles, Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

### O Ano Internacional da Agricultura Familiar

#### Hélder Muteia,

Responsável pelo Escritório da FAO em Lisboa, Portugal

“A minha apresentação coloca em perspectiva os motivos que levaram as Nações Unidas a dedicar este ano à agricultura familiar. Motivos por detrás desse grande objectivo de dar dignidade à agricultura familiar e iniciar um ciclo novo de desenvolvimento integrado e inclusivo em que a esta agricultura é reservado um papel muito especial”, afirmou, a abrir, o responsável da FAO.

“Para nós, agricultura familiar são todas as actividades agrícolas de base familiar, em diversas áreas, quer seja a agricultura florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, que utiliza predominantemente mão-de-obra familiar. Neste tipo de agricultura é na Ásia que encontramos maior número de unidades produtivas familiares, mas elas existem em todo o mundo e representam sempre uma unidade fundamental de organização social e económica. Assim vemos que a China e a Índia englobam o maior número – e estamos a falar de número e não ainda da sua expressão económica. **A importância da agricultura familiar tem vários papéis, não apenas como um pilar socioeconómico, mas igualmente ambiental e cultural.** Muitos dos valores culturais ainda presentes nas sociedades modernas são preservados e transmitidos através destas comunidades. Por outro lado contribui para a segurança alimentar mundial, é fundamental para a erradicação da pobreza e da fome, preserva os alimentos e protege a agrobiodiversidade, e, basicamente, impulsiona as economias rurais. Para exemplificar, trago aqui alguns números,

fundamentais para compreendermos esta realidade: 570 milhões de unidades produtivas em todo o mundo, que representam 98% das explorações agrícolas – e isto também se repete na Europa e em Portugal –, é responsável por pelo menos 56% da produção agrícola em 55% da Terra, da qual dependem 40% das famílias do mundo, envolvendo 1500 milhões de pessoas. Quer dizer: 70% do que estiver hoje à nossa mesa de almoço é resultado desta tipo de produção”, prosseguiu.

“No entanto é preciso não termos ilusões sobre as características da agricultura familiar, pois elas são diferenciadas. Na Europa não tem as mesmas características que tem em África nem na Ásia, muito embora do ponto de vista dos problemas que enfrentam encontramos muitos pontos de intersecção, muita similaridade e é por isso que, este ano, é importante reflectir sobre isso e reflectir sobre as diferenças. Para isso é importante que compreendamos a diversidade de cada contexto e que não podemos estabelecer paralelismos imediatos. A lista de desafios da agricultura familiar é muito extensa. O primeiro grande desafio é o acesso aos meios de produção: terra, crédito, mercado e tecnologias. O segundo é o desequilíbrio do género, pois em muitos pontos do globo as mulheres não podem sequer aproveitar um pedaço de terra e também não podem, em alguns casos, serem proprietárias de instrumentos de produção, o que é um factor de discriminação. A que se juntam a marginalização dos agricultores na tomada de decisões políticas, a ausência de serviços de comercialização e extensão, informação, capacitação para crédito, acesso a educação e saúde, e, de certo modo, também a globalização, ao proporcionar, em alguns casos, a concorrência desleal devido a importações subsidiadas”, acentuou Hélder Muteia.



“Alguns desafios que se põem hoje são, em primeiro lugar, a questão da fome. E a fome está estigmatizada principalmente em África, no Sul da Ásia e em partes da América latina. Hoje temos, no mundo, cerca de 805 milhões de pessoas que passam fome, e a pior realidade, o paradoxo, é que 70% dos que passam fome são agricultores, isto é, produtores de comida que passam fome. E mais: a má nutrição infantil é responsável pela morte de 2,5 milhões de crianças todos os anos. Ao mesmo tempo temos 1,4 milhões pessoas com peso a mais, a que se devem juntar os problemas de outra categoria: a obesidade, que é já uma questão patológica, pois por detrás da obesidade estão um sem número de doenças que tornam a morbilidade ainda maior”, referiu, prosseguindo: “No quadro dos esforços da Nações Unidas e dos esforços dos países, África é o único continente que não conseguiu dar passos positivos. É o único continente em que o número de pessoas que passam fome aumentou. A situação é grave, porque a situação piora e com o ébola vai ficar ainda pior”, concluiu.

“Em perspectiva – acrescentou –, como é que seremos em 2050? Hoje somos cerca de sete mil milhões de habitantes. Em 2050 seremos cerca de 9,2 mil milhões. A procura por alimentos vai certamente aumentar. A procura de cereais vai aumentar de 2,1 mil milhões para três mil milhões de toneladas, e a procura de carne passará de 270 para 470 milhões de toneladas. A boa notícia é que também haverá um maior consumo de legumes e de frutas, porque as campanhas de sensibilização serão mais activas. Para acertar o passo com essa grande demanda a produção deve aumentar em pelo menos 60%, e todos nós sabemos que o potencial de expansão sustentável da Terra é de apenas 20%”, disse, continuando: “Precisaríamos, com os nossos actuais padrões de consumo e de

produção, de um planeta 2,6 vezes maior para viver e produzirmos como nós produzimos. A que devemos acrescentar a questão do envelhecimento. Cada vez mais o campo tem um desequilíbrio etário, e para inverter isso é necessário a existência de políticas públicas para que os jovens sejam incentivados e estimulados a voltar ao campo”.

Para este responsável existe “ainda a questão da água. Sabemos que a agricultura consome cerca de 70%, 11% em uso doméstico e, na indústria, 19%. Esta partilha, esta matemática de partilha, vai ter de ser alterada. Precisamos de encontrar tecnologias que permitam economizar água para irrigação, pois a pressão sobre as bacias hidrográficas é muito alta. Há também a questão do solo, a questão florestal, quando sabemos que nos últimos 450 anos mais de 50% da fauna foi dizimada. A FAO não tem o monopólio das soluções. As soluções vão ser encontradas pelos organismos orientados pelos governos, por isso a FAO produziu alguns pacotes, que podem ser consultados gratuitamente, que podem ser implementados e quem quiser implementá-los terá assistência gratuito dos técnicos da organização”.

Concluindo: “Este ano percorri Portugal de lés-a-lés e onde vi que a agricultura familiar conseguiu responder aos desafios onde foi possível, primeiro, encontrar nichos de mercado baseados na agricultura biológica. Aliás, hoje, aqui, vão ser apresentadas iniciativas muito boas, como são o PROVE e a ANIMAR, mas a nível de Portugal aqueles que melhor corresponderam foram aqueles que encontraram novos nichos de mercado e produtos novos. O importante agora é agir, fazer coisas concretas, porque somos seres humanos e evoluímos cooperando.



## A Agricultura Familiar em Portugal

**Fernando Oliveira Batista,**  
Professor do Instituto Superior  
de Agronomia

Segundo o estudo apresentado por este professor do ISA, "Portugal tinha, em 2009, 350 mil explorações, a superfície utilizada era à volta de 3 milhões e 150 mil hectares e as unidades de trabalho agrícola cerca de 370 mil. Noventa e seis por cento das unidades são familiares, ocupam 56% da superfície agrícola, o valor da produção é 58%, e as unidades de trabalho são 86%, sendo as entidades patronais, individuais ou sociedades em pequeno número embora com o peso importante. Vamos, por isso, concentrar-nos neste sector, que é largamente maioritário. Entre os 96% dos produtores agrícolas familiares, os que vivem só da agricultura são 12%, têm um quarto da área produtiva do país, mais ou menos um quarto da produção e 17% de trabalho. As explorações que vivem sobretudo de pensões ou de trabalho parcial são 84% das unidades totais, um terço da área, 30% do valor e 70% do trabalho agrícola. Esta nossa agricultura tem tido uma evolução interessante. Em 1979 tínhamos quase 800 mil explorações. Em 40 anos foi uma redução enorme, que afectou todo o tipo de exploração. Afectou as explorações patronais, que decresceram 80%; as explorações familiares que vivem só da exploração decresceram 90%, mas as explorações familiares com rendimento exterior diminuíram para menos de metade, isto é, têm mais resistência.

Acentuando que "esta agricultura tem uma função social enorme", Fernando Oliveira Batista acrescentou: "É, como se costuma dizer, uma almofada social. Quando dizemos que a nossa

agricultura está muito envelhecida, comparada com os indicadores dos países do Norte da Europa, o problema não é esse. O que temos é muita gente que tem de permanecer porque o sistema social não permite que saiam, contrariamente ao que se passa nesses países. Quer dizer que a agricultura estar envelhecida é uma consequência do regime de protecção social em relação ao de outros países" antes de prosseguir, dizendo:

"A primeira mensagem que queria deixar é que a nossa agricultura é especialmente familiar, porém dentro deste universo temos de distinguir aquelas que são explorações em que a família vive da agricultura, que não se distinguem muito das explorações patronais. E temos depois um universo imenso de explorações a tempo parcial. Em termos de União Europeia a diferenciação familiar/ não familiar não está em cima da mesa.

É pequena agricultura/ não pequena agricultura mesmo no próximo quadro de apoio. A grande diferença entre as agriculturas da Europa do Sul e as do Centro e Norte da Europa é essencialmente de dimensão, sendo que a Centro e Norte uma exploração com menos de 4000 hectares corresponde a 9%. Aqui é quase de 50%. E esta diferença está mais nas sociedades do que na agricultura, isto é, está mais no enquadramento social, que obriga os nossos reformados a continuarem a trabalhar. Gostaria também de salientar que a agricultura rural – entendido como rural aglomerações com menos de 2000 habitantes – já não hegemoniza esse mundo rural. O nosso rural já não é agrícola. O problema é que ainda não é outra coisa".



## 2º PAINEL

# OS CIRCUITOS CURTOS COMO OPORTUNIDADE PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Moderador: Luís Chaves, Federação Minha Terra

### Os Circuitos Curtos em Portugal

#### Maria José Ilhéu,

Técnica da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

A oradora começou por referir que a da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural tem desenvolvido várias iniciativas sobre a temática dos circuitos curtos agroalimentares. O tratamento do tema foi iniciado no âmbito de um grupo de trabalho criado pela Rede Europeia para o Desenvolvimento Rural. Na sequência deste trabalho, a Rede Rural Nacional promoveu um conjunto de atividades para aprofundar o conhecimento do tema. Entre estas iniciativas encontram-se a criação de uma página no site da Rede Rural Nacional dedicado ao tema, a edição de um número da revista EmRede sobre os circuitos curtos e também a realização de um seminário, em parceria com a ADREPES, subordinado ao mesmo tema.

“A primeira coisa que gostaria de discutir convosco – disse Maria José Ilhéu – é a questão dos conceitos. Estes conceitos foram retirados de documentos comunitários recentes, dois dos quais a partir dos regulamentos comunitários relativos ao desenvolvimento rural: os conceitos de “circuito curto agroalimentar e de “mercado local”, este último ainda em aberto. Os regulamentos de aplicação do FEADER preveem que na definição do conceito de “local” se adote o critério da quilometragem entre o local de produção e o local de comercialização. No entanto, está prevista a possibilidade de cada Estado-Membro propor outro critério, que venha ser aprovado pela Comissão.

“Os circuitos curtos da época moderna –

prosseguiu – surgiram há cerca de 10 a 15 anos. Não nos referimos aos circuitos curtos como formas tradicionais de escoamento da produção no quadro da economia doméstica, apesar destas formas ainda subsistirem, mas aos circuitos curtos modernos que têm sido promovidos por iniciativa de organizações da sociedade civil. Os GAL têm tido um papel importante na criação destes circuitos nos territórios rurais. Estas iniciativas influenciaram, nalguns casos, as políticas de desenvolvimento territorial a nível local e regional, muitas vezes a partir da perspectiva da diminuição da pegada ambiental. **Os resultados obtidos têm levado os decisores políticos a definir estratégias para os circuitos curtos enquadradas nas políticas de desenvolvimento territorial.**

Esta abordagem está hoje em dia presente em muitos países europeus, nomeadamente em França, na Itália, na Bélgica e noutros países onde cresce o consenso sobre os benefícios que esta nova forma de organização da produção e consumo de alimentos pode ter para os produtores, para os consumidores e para a dinamização da economia local. **Os circuitos curtos são hoje em dia objeto de medidas de política que visam quer a sua expansão, quer a produção de conhecimento e de referenciais que garantam a sustentabilidade a prazo.** A dinâmica atual em torno dos circuitos curtos está bem espelhada na forma como estão a ser preparadas as medidas de política de apoio aos circuitos curtos, enquadradas nos futuros programas de desenvolvimento rural. A representante da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural fez referência às principais modalidades de circuitos curtos. Por um lado, as modalidades de venda direta, onde se inserem os mercados de proximidade (mercados de produtores e feiras de produtos locais), a venda na



exploração, a venda por contrato, onde se incluem os cabazes, organizados segundo dois modelos. Por outro, a venda indireta, (através de um único intermediário) ao comércio local, à restauração privada e coletiva (refeitórios). Alguns países têm apostado no abastecimento de produtos locais à restauração coletiva e nos mercados de produtores por permitirem o escoamento regular de maiores quantidades de produtos.

“Apresento-vos dois exemplos de circuitos curtos criados por iniciativa dos produtores. O primeiro, no Reino Unido, diz respeito à constituição, em 2003, da associação cooperativa FARMA, com o propósito de representar os produtores envolvidos na venda direta, particularmente nos mercados de proximidade.

A organização criou um sistema de certificação dos mercados de produtores e tem dinamizado, com grande sucesso, a criação destes mercados e a venda direta na exploração. Atualmente existem cerca de 600 mercados de produtores, metade dos quais certificados.

Outro exemplo diz respeito ao projeto italiano “Campagna Amica”, também da iniciativa dos produtores. É desenvolvido pela organização de agricultores italiana Coldiretti, a terceira maior organização de agricultores da Europa, com mais de 500 mil associados. O projeto tem como objetivo a criação de um sistema alimentar italiano servido por uma rede de circuitos curtos, à escala nacional. A rede é controlada pelos agricultores que comercializam diretamente os produtos sob uma marca comum, sujeitos a uma carta de qualidade e um sistema de controlo.

Em relação a Portugal, continuam a existir os mercados de proximidade para escoamento dos excedentes das pequenas explorações de subsistência. No entanto, assiste-se ao

aparecimento de formas renovadas dos mercados de proximidade principalmente por iniciativa das autarquias e organizações de agricultores. As feiras de produtos locais, em forte expansão, têm tido uma importância assinalável no escoamento de produtos, como é o caso dos enchidos, do mel, de algumas frutas.

Mais recentemente, estão a surgir outros tipos de circuitos curtos. As organizações de produtores da agricultura biológica têm sido, muitas vezes, pioneiras neste tipo de iniciativas, nomeadamente na criação de mercados de produtores. A venda de cabazes é outra delas. O PROVE é um bom exemplo desta modalidade, com enorme sucesso”. A oradora apresentou alguns exemplos de circuitos curtos que estão a ser desenvolvidos em Portugal.

Um deles, os Quintais nas Praças do Pinhal, da iniciativa do GAL PinhalMaior, em parceria com as cinco câmaras que constituem o território do Pinhal Interior Sul, consiste na realização, de forma rotativa e de periodicidade mensal, de um mercado de produtores, onde têm participado, em média, cerca de 50 produtores.

Outra iniciativa bastante interessante é o projeto DaNossaTerra, na medida em que se procura criar um sistema alimentar local. O projeto, desenvolvido por uma parceria entre a Câmara Municipal de Penafiel e a Coopenafiel, visa estimular a economia local e incentivar a agricultura sustentável, concretiza-se através da venda de hortofrutícolas em circuito curto às cantinas escolares e ao comércio local.

Um outro circuito curto, neste caso, promovido pelo Governo Regional da Madeira, consiste na venda direta dos produtos locais através de uma plataforma online, onde os agricultores podem publicitar os produtos para venda.



**Gisela Niz,**  
Técnica da Autoridade de Segurança  
Alimentar e Económica

“Hoje vou falar sobre o enquadramento do comércio em pequenas quantidades”, disse a representante da ASAE, referindo que “antes de entrarmos para a Comunidade Europeia regiamo-nos por regras e normas nacionais estabelecidas conforme as nossas necessidades. Com a adesão do país criou-se a obrigatoriedade de cumprirmos as regras comunitárias, nomeadamente o diploma mais importante na área alimentar, o chamado ‘chapéu da segurança alimentar’, criado em 2002, que está na origem de diversos diplomas criados desde então. Com a entrada em vigor destes diplomas é definido o seu âmbito de aplicação. E um dos pontos a ter em conta é a sua não aplicação aos produtores de pequenas quantidades de produtos chamados de produção primária”.

“Inicialmente – prosseguiu – tínhamos o diploma que regia e definia os produtos disponíveis e as quantidades e condições aceitáveis para a venda directa, que, perante a legislação europeia deixou de ter valor.

O que nos deixou um pouco sem saber por onde podíamos pegar, pois este novo documento era vago, não tínhamos muito por onde pegar e dizíamos simplesmente que não se aplicava ao fornecimento directo, e que os estados-membros tinham de estabelecer regras ao abrigo das legislações nacionais. Agora, no que diz respeito aos produtos primários, as definições estão estabelecidas de maneira a que os produtores possam vender ao consumidor final. Por exemplo, no âmbito

da venda à porta da exploração, a mercados locais, a retalhistas locais. Mas este diploma 852 é um diploma genérico que se aplica à higiene de todos os géneros alimentícios, mas já contempla as condições referidas sobre a venda de produtos primários, obrigando os estados-membros a definir regras próprias. A estes cabe apurar a noção de pequenas quantidades consoante a situação local, estabelecer as regras necessárias ao abrigo da legislação nacional para garantir a segurança dos alimentos. No entanto, também diz que esta abordagem deve ser baseada nos riscos”. “Portugal fez esta abordagem – continuou Gisela Niz – através da Portaria 74-2014, que estabelece o que são pequenas quantidades e quais são as pequenas quantidades para alguns dos produtos já referidos, entre outros. O problema, por assim dizer, é que nos fala exclusivamente em produtos de origem animal. Sobre alfaces, couves, tubérculos, frutos, etc. não nos diz nada. O que, na minha opinião, tem a ver com a questão da avaliação de riscos, que em princípio será resolvida com o novo regulamento, ainda em preparação, onde serão estabelecidas as regras dos produtos em que o risco em termos de higiene será menor. No entanto, e no que compete à ASAE em termos de fiscalização, no que diz respeito às pequenas quantidades, é verificar o cumprimento do que está estabelecido no Anexo 1 do Regulamento 852, que diz respeito à produção primária”.



# 3º PAINEL CASOS PRÁTICOS

Moderador: Jonas Cardoso, Câmara Municipal de Sesimbra

---

## **Telmo Baptista,** Produtor PROVE

“A nossa experiência com o PROVE é uma experiência que só pode ser considerada positiva. Eu venho da área de informática, venho de Lisboa, onde ainda há três anos trabalhava antes de – enfim – uma menos boa empregabilidade me obrigar a mudar de agulha e procurar novos caminhos. Este caminho – continuou no seu testemunho – tornou-se o caminho possível e, até agora, tem sido uma aposta ganha”.

Concretizando, disse Telmo Baptista: “A minha experiência relativamente ao PROVE realça algumas sinergias e alguns relações – vá lá – vencedoras ao associarmo-nos a outros produtores. Foi pelo facto de nos termos associado a quem já trabalhava a terra e a quem já tinha muito mais experiência que começámos o nosso caminho. Houve uma troca de saberes, que tem a ver com a nossa experiência mais virada para a informática e para a vertente comercial, que os nossos colegas não tinham, e que, juntando esses diversos conhecimentos tem sido frutuosa”, referindo de seguida:

“Relativamente aos produtos percebemos que há uma grande diferença entre mostrar um cabaz de produtos localmente, em que as pessoas acham piada, apreciam, porém sem uma reacção que se possa dizer fenomenal. No entanto, se levarmos o mesmo cabaz a Lisboa a reacção já é completamente diferente. O impacto é enorme, comparativamente, as pessoas contam umas às outras, divulgam-nos, dão a provar aos amigos... Isso faz toda a diferença. Precisamos de sair daqui, ir para junto das pessoas que não têm geralmente acesso a bens desta natureza e com

esta qualidade. Isto é: há que ir à procura dos clientes, criar uma relação de fidelização que assegure a continuidade e a sustentabilidade dos projectos. Costumo dizer que, para nós, o produto pode ser o mais tosco possível, mas a sua comercialização, o marketing quer-se o mais hi-tech possível. As pessoas gostam de receber uma resposta quando enviam um mail, que aquilo que pedem seja atendido, que os seus desejos sejam atendidos”.

## **Visitação Encarnação,** Produtora PROVE

“Sou filha e neta de agricultores, tenho uma pequena exploração de quatro hectares e faço agricultura biológica há 22 anos. Optei por esta actividade por motivos de saúde. A minha vida mudou 180°. E entrei no PROVE porque já conhecia todos os projectos do comércio justo”, começou por dizer Visitação Encarnação, acrescentando ter iniciado um projecto com duas das suas conterrâneas. “Não temos muitos cabazes – prosseguiu –, mas temos os suficientes, porque as nossas idades, andamos todas pelos 70 anos, não nos permitem andar aí a correr de um lado para o outro. O que tenho para dizer é: estou feliz com o meu projecto”.

## **Manuel Primo,** Produtor das Hortas Solidárias da Quinta do Conde

Em termos pessoais posso dizer que este pequeno espaço que estou a explorar quase há um ano era um sonho, um sonho que faz



com que possa ter em casa produtos sem agrotóxicos, produtos que vejo crescer, com algum carinho; posso mostrar aos meus netos que as cenouras não nascem nas prateleiras do supermercado. Além de me permitir uma relação com a natureza suficiente para deixar o stress de 35 anos de vida em Lisboa”, disse Manuel Primo, acrescentando: “O espaço da Quinta do Conde ainda não está concluído, mas está no bom caminho, toda a gente gosta de lá estar, está a produzir muitos produtos... Portanto só tenho de agradecer a toda a equipa, que tem sido incansável no apoio, na formação e em tudo o que temos precisado”.

**João Serra,**  
Gestor da Quinta de Alcube

“Hoje falou-se aqui i de muita coisa e fez-se um trabalho muito importante, mas ainda não foi dito que tudo isto só foi possível graças ao trabalho da ADREPES”. Prosseguindo: “o meu conhecimento da ADREPES remonta a

2003, quando ali encontrei apoio para um projecto, relativamente simples, sempre muito acarinhado pelas pessoas da ADREPES, que permitiu que num ano saltasse dois ou três anos nesse projecto. Até hoje esta relação nunca mais parou”.

“No que diz respeito à Quinta de Alcube – continuou João Serra –, situada no Parque Natural da Arrábida, à saída de Azeitão, que tem a particularidade de ser onde, há cerca de sete mil anos, se instalaram as primeiras comunidades de agricultores e pastores da região. Foi isso que eu fiz, continuar essa tradição, tentando a agricultura e também a pastorícia. Para isto foi preciso trabalhar, desde 2003, quando a este projecto se juntaram os meus filhos.

E, para isso, tive de criar condições a dois jovens, com pouco mais de 20 anos, de aderirem à agricultura e, ao mesmo tempo, adquirindo maquinaria que tornasse o trabalho mais eficaz e rentável e que me tornou o maior produtor e engarrafador de vinho da península de Setúbal – sou pequenino, não tenho nada a ver com o



José Maria da Fonseca –, com 58 hectares de vinha, vendendo tudo à porta da adega. Não temos intermediários. Temos qualidade, temos a diferenciação dos nossos produtos. Claro que isto não nasce sem mais nem menos. Foi um trabalho árduo, foi e é também enriquecedor do meu conhecimento, conhecimento que está ser ampliado por este seminário, como anteriormente também foram outras iniciativas idênticas. **A única receita especial que temos, é fazer as coisas da maneira mais natural possível”.**

### **Sabino Rodrigues,**

Produtor da Queijaria Sabino Rodrigues

A nossa queijaria é uma empresa familiar de que, além de mim, fazem parte a minha esposa, a minha filha e o meu genro”, começou por explicar Sabino Rodrigues, referindo: “Desde sempre conheci num ambiente de agricultura, seguindo a tradição de meus avós e meus pais. Comecei por ter um pequeno rebanho de 40

ovelhas, as quais pastoreava e ordenhava à mão. A minha esposa preparava os queijos e vinha vender pelas portas de Sesimbra. Isto permitia-nos laborar sete meses por ano. Apesar da escassez de recursos, o meu desejo de aumentar o negócio fez-me arriscar e investir. Sem dúvida, o apoio dado pela ADREPES foi fundamental ao desenvolvimento da queijaria, pois permitiu adquirir novas máquinas, câmaras de cura e novas instalações. Neste momento temos uma actividade sólida, um rebanho de 350 ovelhas, uma frota de quatro viaturas, sete trabalhadores laborando sete dias por semana. O negócio prosperou, houve necessidade de adquirir novos equipamentos e estendemos a actividade através de três pontos de venda: na nossa sede, no Mercado de Sesimbra e no Mercado de Lagoa, além de diariamente abastecermos clientes do comércio local”.



# 4º PAINEL

## PROJECTOS EM CURSO

Moderador: Célia Lavado, ANIMAR

### Circuitos Curtos na Península de Setúbal

**Manuela Sampaio,**  
Coordenadora da ADREPES

“Dizer que vou falar sobre os Circuitos Curtos na Península de Setúbal é um exagero, porque não tenho conhecimento sobre todos os circuitos curtos de comercialização que existem na Península de Setúbal. Assim – afirmou Manuela Sampaio –, vou-me cingir aquilo que é o trabalho da ADREPES e aquilo que tem sido feito neste âmbito.

“Temos trabalhado os circuitos curtos de comercialização a três níveis. Desde logo como gestores de programas, ou seja, a ADREPES é gestora do subprograma 3 do PRODER na Península de Setúbal. Por outro lado é também produtora dos seus próprios projectos e participa em grupos de trabalho. Como gestora de programas é-nos atribuído um determinado orçamento, ao qual concorreremos, claro, que serve para implementar uma estratégia definida, como aliás estamos a fazer agora, trabalhando na criação da estratégia para o próximo período de programação. Nesse sentido pomos a concurso determinadas verbas e apoiamos projectos que nos são apresentados e estão de acordo com as regras do programa em questão”.

Na continuação da sua comunicação, a oradora acrescentou: “definimos uma estratégia, sempre de baixo para cima, ou seja, com a colaboração de todos os actores locais. E nessa estratégia constam orientações e acções centradas, neste caso, sobre os circuitos curtos, para depois recebermos, analisarmos e aprovamos os financiamentos que vão no sentido de poder

implementar os projectos. Trago aqui alguns exemplos de projectos que foram apoiados no passado, que aliás já foram aqui referidos. É o caso da Quinta de Alcube, para nós o paradigma dos circuitos curtos de comercialização, que foi um apoio em três fases. Primeiro começámos por apoiar o equipamento na área da enologia; numa segunda fase a construção do Museu numa antiga capela e, recentemente, apoiámos a criação de um agro-turismo. No âmbito do PROMAR também apoiámos alguns projectos de comercialização de proximidade, um dos quais o projecto conhecido como O Melhor Peixe do Mundo, ou Fish em Casa. O apoio aqui foi em duas fases, começando pela aquisição de equipamentos, criar a marca, fazer uma campanha de comunicação e criar uma loja on-line, e, numa segunda fase, apoiou-se esse promotor de Sesimbra na compra de uma máquina de embalar a vácuo e de uma carrinha refrigerada que permite entregar os produtos à porta dos consumidores. Isto funciona através de um site onde o consumidor vai, encomenda, penso que até quinta-feira, e à sexta-feira recebe os produtos.

A responsável da ADREPES prosseguiu: “Também temos os nossos próprios projectos, normalmente financiados pela cooperação do PRODER ou do PROMAR. Nesse caso fazemos o mesmo que os nossos produtores nos fazem: apresentamos candidaturas e os projectos são analisados e decididos a nível central, e normalmente gostamos de apostar na inovação e na experimentação territorial. É o caso de Da Quinta para o Prato, um projecto de venda indirecta em que os produtores vendem os seus produtos à restauração, seja ela colectiva ou privada. O projecto PROVE, de que se tem vindo a falar, é a comercialização directa de frutas e legumes dos



pequenos produtores aos consumidores. Não há qualquer tipo de intermediário e aquilo que fazemos é facilitar a organização dos produtores. Estamos lá para ajudar, mas não interferimos na venda. O primeiro projecto ainda não tem a maturação suficiente, o PROVE já deu provas. Em Outubro de 2014, os resultados apresentados pelo PROVE eram, a nível nacional, 16 Grupos de Acção Local envolvidos, 75 núcleos PROVE de Norte a Sul do país, 122 locais de entrega, 129 explorações agrícolas, uma média semanal de 5.000 consumidores, sendo semanalmente comercializadas 35 toneladas de produtos e, anualmente, um volume de negócios aproximado de 2 milhões e 600 mil euros. Como já ouviram dizer, tudo começou com um núcleo de três agricultoras, em Sesimbra, que entregavam 10 cabazes. Isto quer dizer que teve sucesso e orgulhamo-nos muito disso.

“Do PROVE saíram coisas muito interessantes. E uma delas foi um estudo sobre recomendações de políticas de apoio aos circuitos curtos agro-alimentares. Estudo desenvolvido pelo ISA, UTAD e Universidade de Évora coordenado pela Federação Minha Terra, do qual saíram dois níveis de recomendações que queremos salientar. Por um lado facilitar a adesão dos agricultores aos circuitos curtos agro-alimentares e, por outro lado, facilitar e melhorar a organização e o funcionamento desses mesmos circuitos. Para isto é necessário adaptar e simplificar as medidas fiscais existentes e a criação de instrumentos financeiros para o apoio e aconselhamento técnico agrícola e não agrícola, pois a parte comercial é tão importante como a da produção. Depois, facilitar e melhorar a organização e funcionamento dos circuitos curtos desenvolvendo, à escala local, postos colectivos de venda, diferenciando nos

mercados municipais os produtos de venda directa, criando instrumentos financeiros para recuperar infra-estruturas ou equipamentos existentes à escala local para utilização colectiva ou criando identificação ambiental dos produtos comercializados em circuitos curtos.

Já foi falado aqui, de manhã, por várias vezes, na questão do GEVPAL. O GEVPAL foi um grupo de estudos para a valorização da produção agro-alimentar local, onde a ADREPES participou activamente. E o que acontece é que tínhamos este regulamento (Regulamento Execução UE 543/2011) em 2011, que obriga ao cumprimento de normas de comercialização, gerais e específicas, que não se compadecem com a comercialização de proximidade, obriga a rotulagem dos cabazes. No entanto, ao mesmo tempo, existem derrogações da União Europeia que permitem, através desta figura dos mercados de produtores, ultrapassar estes constrangimentos. Outro exemplo, ainda neste grupo, foi a isenção da obrigação de emissão de facturas para os agricultores que já estão isentos de IVA e a simplificação de procedimentos e actos administrativos.

No futuro, em relação aos circuitos curtos de comercialização, a ADREPES pretende continuar a gerir programas, ser promotora de projectos e ser facilitadora de grupos de trabalho. Por isso é nossa intenção visitar boas práticas instaladas, continuar a disseminar o PROVE e Da Quinta para o Prato, gostaríamos de começar também a trabalhar a questão dos mercados locais; **é nossa intenção reforçar parcerias, continuar nos grupos de trabalho para influenciar políticas, que achamos essencial, continuar a inovar e apoiar os investimentos.** Isto para dizer que o estudo de recomendações de políticas



de apoio aos circuitos curtos agro-alimentares vai ser a nossa base para podermos trabalhar esta questão de influenciar as políticas.

No que toca ao apoio aos investimentos no PDR estão previstos, na medida 10 do LEADER, apoios que podem beneficiar a agricultura familiar e os circuitos curtos. Vão existir apoios para o regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas, que passam a ser geridos pelos grupos LEADER, apoios a pequenos investimentos através da criação e da modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas. Reparem também que as taxas de apoio na Península de Setúbal serão mais baixas do que na generalidade do país. Continuarão a haver apoios para a diversificação de actividades da exploração agrícola. E isto o que é que significa? Por exemplo: o agro-turismo aqui apresentado já pelo engenheiro Serra, apoios para as cadeias curtas e mercados locais – aliás, o tema que nos trás aqui hoje –, promoção de produtos de qualidade locais... O investimento total (da promoção de produtos de qualidade locais) ainda está por definir, mas esta parte preocupa-nos bastante, Se repararem temos taxas de apoio de 50 por cento da despesa elegível e a ajuda não pode ser superior a 100 mil euros (nas restantes acções). Mas depois há aqui uma coisa que nos diz assim: também pode ser 70 por cento da despesa elegível, ou seja, até ao montante máximo de um milhão de euros no caso de planos apresentados em parcerias e agrupamentos com um mínimo de três produtores, ou no caso da promoção de novos produtos qualificados. Eu devo dizer-vos que se aparecer um caso destes na ADREPES, nós, em vez de trabalharmos sete anos, trabalhamos dois anos, porque entregamos logo o dinheiro

que temos. Porque o nosso orçamento é muito pequeno. Se tivermos de entregar um milhão de euros a dois projectos, pronto... Não trabalhamos mais. Quer dizer: não nos parece que, nesta situação, vamos contribuir para o que fazemos, que é o desenvolvimento local dos pequenos investidores, dos pequenos agricultores, dos pequenos produtores. Esta medida deixa-nos algumas dúvidas.

Finalmente, em relação à renovação de aldeias, também existirão apoios, mas por agora não sabemos bem o que isto significa. Há todo um outro trabalho que a ADREPES também faz de apoio às microempresas, património, turismo e qualidade de vida, ou seja no âmbito social, que não fazemos ainda ideia de como vai funcionar e se vamos poder continuar a apoiar.

## Redes Colaborativas de Produção Local

**José João Rodrigues,**  
Produtor da Rede Colaborativa  
de Produção Local

“Na base das Redes Colaborativas de Produção Local está o nano-produtor. O nano-produtor é tão pequenino que nem micro é. É pequenino porque a sua produção é praticamente ele. Há mesmo nano-produtores que são eles sozinhos, embora a definição possa incluir a família, ou mesmo empregar uma ou duas pessoas, e não ter uma facturação acima dos 30000 euros por ano”, explicou o representante da ANIMAR. “O nano-produtor não é só o agricultor. Pode ser um artesão, pode ser um produtor de serviços, pode ser uma pessoa da área da informática,



do marketing, das vendas, da contabilidade, do Direito, da gestão. O nano-produtor em interacção com outro nano-produtor cria o que podemos chamar uma prática colaborativa. É uma prática colaborativa porque da interacção entre o nano-produtor 1 e o nano-produtor 2 resulta o que se chama um produto colaborativo. Este produto colaborativo é fruto da interacção entre os dois e não uma venda de um ao outro, um não é cliente do outro, é um produto que resulta da interacção entre os dois. Por exemplo: numa aldeia há um produtor de mel, há um cesteiro, e o produtor de mel pode pedir ao cesteiro que lhe faça uma embalagem exterior para o seu frasco de mel. Combinam isso, que sim, que vão fazer, mas cada um vende o produto. Tanto o cesteiro se reconhece no produto do mel e do cesto assim como o do mel. Não é simplesmente comprar o cesto ao cesteiro e vender o mel com o cesto. Portanto é produto da interacção entre os dois, produto da prática colaborativa. Um conjunto de práticas colaborativas forma uma Rede Colaborativa”, explicou, exemplificando de seguida:

“Como é que surgiu esta ideia das Redes Colaborativas? Ela surgiu após ter pegado numas salinas, em consequência de uma situação de desemprego, tentando colher sal. Nós não extraímos sal, colhemos sal. Para valorizar o sal tentei interagir com outros nano-produtores. Então, por exemplo, com a tia Preciosa, uma senhora velhinha de Penacova, começámos a interagir e ela começou a ensinar-me o que poderia misturar no sal para valorizá-lo. Foi assim que comecei a misturar plantas aromáticas. Comecei a fazer sal com orégãos, sal com piri-piri, sal com hortelã mourisca, etc. E aqui surgiu um produto colaborativo porque tanto a tia Preciosa

ficou entusiasmada na venda das plantas que ela própria vendo o meu sal, e eu vendo o sal e digo sempre que contém as plantas da tia Preciosa. Outro exemplo é o de uma interacção no Festival do Bacalhau de Ílhavo, em que o meu amigo Jesus faz cosméticos com as plantas da tia Preciosa, o meu sal e o saber dele. E aqui ainda posso trazer outra interacção, com Justino Ruivo, um amigo do Algarve que é ‘doido’ por fornos solares. Então estamos aqui a fazer bacalhau de Ílhavo num forno solar, com o azeite de uma pessoa que está na Feira, com os meus sais. Mais um exemplo: nas salinas marinhas existe uma planta que se chama salicórnia e, em interacção com a Escola Agrícola de Coimbra, fazemos manteiga sem sal com salicórnia. Eu vendo essa manteiga e eles, na loja, vendem a mesma manteiga. Com vêem é um produto colaborativo. Outro é o queijo do Rabaçal com flor de sal, alho, orégãos, piri-piri, alecrim e azeite, azeite do Rabaçal. Embalamos este produto no vácuo, o senhor do queijo vende na sua queijaria o queijo e eu também vendo. É um produto colaborativo em que vamos além de fornecer as matérias-primas uns aos outros”.

Outro tipo de produto colaborativo, diz José João Rodrigues, encontra-se na “Cooperativa Produtos da Nossa Aldeia, uma cooperativa do concelho de Penacova, que foi criada por uma IPSS, que tem lar, centro de dia e creche, portanto fornece muitas refeições. E, para poder comprar aos produtores locais, criou a cooperativa com esses produtores para poder abastecer a instituição. O êxito desta cooperativa é não ter custos, porque o custo do contabilista, as instalações, etc., é assumidos pela própria IPSS, permitindo assim que a Segurança Social aceite as compras feitas aos produtores locais, que, aliás, num instante esgotaram os produtos. Há mesmo uma senhora que criou



uma estufa e alargou essa estufa para poder vender à cooperativa. Mais, esta cooperativa criou uma cozinha, licenciou a cozinha e todos os produtores da região que queiram fazer compostas podem fazê-las nesta cozinha porque elas saem licenciadas. Se grande parte das IPSS e lares tivessem uma cooperativa para comprar produtos locais vejam como seria diferente o país e a pequena agricultura. Finalmente, não posso deixar de referir que a ANIMAR tem também um projecto de redes colaborativas, que vai arrancar em Novembro, apoiado pela Fundação Gulbenkian, para o emprego local e jovem, em que vamos, em seis locais do país, envolver cerca de 250 jovens para que eles, em conjunto, tentem identificar iniciativas para os seus concelhos e identificar soluções de emprego e auto-emprego. Este processo das Redes Colaborativas de Produção Local necessita de uma estrutura de animação. As coisas não surgem por acaso e é preciso alguém que crie pontes entre os nano-produtores. E essas pontes têm de ser feita por uma associação de desenvolvimento local, ou por uma câmara, ou por uma entidade assim. As Redes Colaborativas de Produção Local funcionam ao nível da inovação e da criação, ao nível da produção, da comercialização e da comunicação. Além disso contribuem para a segurança económica dos produtores, dos consumidores, das organizações envolvidas e dos territórios locais, tendo ainda um importante papel de coesão social, de igualdade de oportunidades, de inserção social e da inclusão. E também ao nível da preservação e valorização ambiental, mais do que da protecção, pois todos os produtores locais são os primeiros interessados na valorização do seu território, porque os seus produtos contêm esse ambiente e esse território”.

## As Hortas Solidárias da Quinta do Conde

**Paulo Pires,**  
Técnico da Câmara Municipal  
de Sesimbra

“O que vos venho aqui apresentar não é um produto mas um projecto totalmente colaborativo, desde logo por envolver um conjunto de sectores e de técnicos da Câmara Municipal de Sesimbra, um conjunto de ONG locais, um conjunto de parceiros que financiam e colaboradores técnicos no desenvolvimento do projecto”, disse Paulo Pires no início da sua intervenção.

“O projecto é ainda bastante recente. Fez agora um ano que se deram os primeiros passos no terreno com a instalação dos primeiros hortelões. A génese do projecto encontra-se no número crescente de famílias carenciadas, principalmente por situações de desemprego, no número de pedidos que chegavam ao Gabinete de Pescas e Ruralidade da Câmara de Sesimbra, até para a ocupação do terreno, por isso, na verdade, houve ali, há coisa de dois anos, uma ocupação que se verificou tinha a ver com a necessidade das pessoas produzirem alimentos e, por isso, estes três factores levaram-nos a priorizar um conjunto de acções que dessem resposta a essa necessidade. Uma delas, e a que esteve logo na base do nome do projecto, era criar condições para que estas famílias necessitadas de apoio alimentar pudessem ter um terreno camarário onde pudessem desenvolver as suas práticas agrícolas. No seu desenvolvimento constatámos também que, até porque o terreno estava inculto



e abandonado, era uma zona que alagava constantemente no Inverno, constatámos que teríamos alguma dificuldade em alavancar o projecto. Surgiu então, no início de 2012, a hipótese de desenvolvermos uma candidatura, que se tornou real e, assim, há coisa de um ano, colocámos as máquinas no terreno e iniciámos um projecto adaptativo, até por causa das dificuldades que desconhecíamos e que foram reveladas ao longo dos trabalhos efectuados.

“Por isso – acrescentou – propusemos ao nosso parceiro, a Fundação EDP, criar 55 talhões, isto tendo em conta o terreno e o território que imaginámos. Desde logo, e também porque para o projecto ser financiado tinha de ter uma dimensão inovadora, tentámos perceber o que os outros faziam, qual era a nossa realidade e em que é que podíamos inovar. E uma das coisas em que tentámos inovar foi integrar isto num programa muito mais lato, de valorização, até quase estratégico, desenhando um corredor ecológico. E, por outro lado, envolver desde logo na participação, no desenho e na gestão do modelo os próprios hortelões e as ONG, pois pareceu-nos que a médio e longo prazo será possível criar uma marca, estabelecer uma relação com os mercados de proximidade, etc. A partir daqui começámos a pensar que isto é um projecto não só familiar mas também com um grande cariz ambiental. E verificámos que na Quinta do Conde todos os anos as podas das avenidas, todos os verdes dos parques ou iam para aterro ou teriam de ser direccionados para outros sítios. Então, porque não incorporar neste projecto o reaproveitamento dessa matéria verde para fazer compostagem que iria integrar a cadeia de valor das hortas? Esta primeira fase culmina numa ruína, duas

paredes, que transformámos no Centro Agrícola e Ambiental da Várzea, espaço onde se baseia toda a estrutura operacional para tudo o que se desenvolve à volta. Assim, com este financiamento conseguimos criar um projecto que tem um impacto social imediato, pois respondemos às 55 famílias que actualmente estão no terreno, às seis ONG, mas também permite envolver todo um outro leque de empresas e stakeholders que acabaram por olhar para o projecto também pela vertente do seu impacto ambiental. O projecto tem ainda um grande cariz de formação, pois foi instalado numa zona que não só era reserva agrícola como era reserva ecológica. E quando se começou a fazer o desenvolvimento e o estudo da avifauna local percebemos ter ali valores ambientais que desconhecíamos. Por exemplo: a boga lusitana, que é um dos peixes tipicamente em perigo.

“Vou avançar para 2014 porque entretanto surgiu novamente a possibilidade de nos candidatar-mos à Fundação EDP. E apesar de nunca terem sido concedido dois apoios consecutivos, a verdade é que o projecto mereceu da parte da Fundação, não só na sua fase inicial mas também na sua fase de concretização, o aval para novo financiamento, que vai permitir criar uma estufa de geminação, uma nova zona de convívio, dotar a área com mais 35 talhões, e termos um novo parceiro investidor, a Junta de Freguesia da Quinta do Conde. Temos ainda um programa de voluntários permanente, um programa de estágios, daí que este projecto acabe por dar origem ao que já se chama o Parque Ecológico da Várzea”.



## A Importância da Preservação das Variedades Locais de Sesimbra

### Diogo Caupers,

Administrador da Casa da Mesquita –  
Sociedade Agroindustrial S.A.

“Vou falar sobre a implementação de um pomar experimental na Herdade da Mesquita, que está localizada na Mata de Sesimbra e cobre uma área de cerca de 867 hectares, trabalho que está a ser feito desde 2011”, disse o orador no início da sua intervenção, continuando: “no princípio dos anos 80, a Herdade da Mesquita teve uma área agrícola com cerca de 20 hectares e uma produção, com técnicas modernas de agricultura, essencialmente de pêssego, nectarina e também algumas hortícolas, ameixas e nêspersas. Com a entrada de Portugal na União Europeia e com a PAC isto acabou por ser abandonado mais ou menos a meio dos anos 90. Por um lado em consequência

da queda dos preços, por outro por falta de pessoal para trabalhar no campo. Precisávamos basicamente de 15 pessoas para fazer a monda, durante 15 dias, depois, no Verão, mais outras 15 pessoas para fazer a apanha, mas arranjar essas pessoas era extremamente complicado. Desde aí a Herdade da mesquita focou-se essencialmente numa actividade florestal e, por volta do ano 2000, a Câmara realizou um Plano de Pormenor – e nós, como estamos integrados nessa área estamos sujeitos a esse instrumento de ordenamento do território – em que está previsto o empreendimento da zona Sul da Mata de Sesimbra.

“Daí que, obrigatoriamente, temos de fazer uma reconversão florestal do pinhal bravo para espécies autóctones, sobretudo o pinheiro manso, sobreiro e carvalho-cerquinho, e somos obrigados a fazer a manutenção da área, também um plano de acessibilidades e sobretudo manter alguma actividade agrícola, além de que o próprio empreendimento, para ter o selo da WWF, tinha a obrigatoriedade de abastecimento de uma percentagem



significativa do empreendimento com um raio de 50 quilómetros. Isso abriu-nos a oportunidade de voltarmos a ter uma agricultura que pudesse abastecer algo próximo e que não implicasse circuitos de distribuição muito compridos. Hoje em dia a Herdade da Mesquita tem este conjunto de actividades: floresta, exploração de areia e argila, mel, caça, pesca, recreio, lazer e eventos, e vamos iniciar a parte turística em 2015 e, por fim, a parte de horticultura”.

Após esta introdução, Diogo Caupers referiu que “o objectivo da implementação desse pomar insere-se sobretudo na ocupação do pessoal, de modo a criar um conjunto de receitas sem um acréscimo de custos, através de um pomar com variedades regionais de forma a entrarmos em nichos de mercado tendo a noção de que se formos produzir pêra rocha com terrenos de areia e indo buscar água a 140 metros de profundidade não conseguimos ser competitivos com o Oeste. Pelo que temos de encontrar um nicho de mercado de forma a podermos competir e ser rentáveis. Nesse sentido foi necessário estudar os custos de instalação, a

adaptabilidade destas espécies aos terrenos, ver a produtividade das diferentes variedades, dos custos operacionais, da aceitação do mercado, preço de venda, possibilidade de transformação dos frutos com defeito e com menor calibre, e, no fundo, verificar a rendibilidade de cada uma das variedades. Para isso é necessário experimentar uma abordagem diferente, com um maior número de variedades e uma menor concentração de produção. Num terreno de cerca de 4 hectares, com electricidade e água, foi implementado um conjunto diversificado, desde o figo pêra, maçã riscadinha, uva, ameixa, etc., de forma a garantir uma produção que vá desde Junho até Novembro e minimizando assim o impacto sobre a quantidade de trabalho das pessoas da empresa. O investimento foi da ordem dos 52000 euros, dos quais oito mil euros apoiados pelo PRODOR, e o objectivo, a nível de rendibilidades, não é magnífico, mas estamos a prever um período de retorno da ordem dos 10/ 11 anos e que isso permita uma ajuda ao pagamento de salários da empresa na ordem dos 5500 euros por ano”.



## CONCLUSÕES E ENCERRAMENTO

### **Isabel Rodrigo,**

Professora do Instituto Superior de Agronomia

“Queria deixar aqui umas breves notas, numa tentativa de síntese do que se passou hoje. Dado o adiantado da hora, serei breve. Como tal, vou apenas enunciar quatro constatações que são simultaneamente, e do meu ponto de vista, “marcas para o futuro” deste Seminário”, disse a oradora, concretizando:

“Primeira constatação: este Seminário foi um caso exemplar de crescendo do global para o local. Começou com uma apresentação à escala global, depois passou para a escala nacional e, na parte da tarde, centrou-se no local. A segunda constatação remete para o outro grande mérito e “inovação” deste Seminário. Concretamente, começou por definir e esclarecer o que estávamos a tratar, ou seja, conceitos. Nomeadamente: o que é agricultura familiar, o que são circuitos curtos e mercados locais em Portugal. Isto raramente acontece. Terceira constatação: lidámos com dinâmicas locais e com inovações locais, concretamente dinâmicas e inovações locais já implantadas no

terreno e em curso. Neste âmbito este Seminário proporcionou-nos uma outra inovação que aqui destaco como a quarta constatação: proporcionou sermos confrontados com histórias de vida e experiências de vida em directo e ao vivo.

Ficaram, naturalmente, questões pendentes, umas por esclarecer, outras por aprofundar. Por exemplo, no que respeita à agricultura familiar e aos circuitos curtos ficou por esclarecer a definição e a aplicação dos fundos comunitários 2014-2020; e também a definição dos mecanismos de regulação adaptados às necessidades e às realidades dos circuitos curtos e dos mercados locais em Portugal. Como sabem, e hoje foi aqui também referido, falta também proceder a importantes alterações de legislação em vigor como, por exemplo, a que rege as organizações de produtores. Mesmo a terminar, quero ainda referir dois pontos que me parecem relevantes e que também foram testemunhados durante o dia de hoje. O primeiro é o facto de existirem não só várias iniciativas de circuitos curtos, mas também com escalas distintas. Estas vão desde a escala nano, à escala local e à nacional, como é o exemplo PROVE. Uma destas iniciativas estão já cimentadas, como o PROVE, outras ainda a emergir da e pela sociedade civil. No segundo ponto quero destacar a importância da integração e do apoio institucional para o vingar de todas estas iniciativas. Em suma: há já muitas raízes na terra. Parabéns”.



### **José Polido,**

Vereador da Câmara Municipal  
de Sesimbra

“Estou muito feliz que se tenha realizado aqui em Sesimbra este Seminário, atendendo que é o Ano Internacional da Agricultura Familiar que se comemora este ano, e, também, aliás de acordo com aquilo que foi aqui dito, com a afirmação aqui feita, por mais de uma vez, de que nada se consegue sem muito trabalho, sem ir à procura de soluções”, começou por referir o vereador da Câmara Municipal de Sesimbra.

“É isso que tentamos fazer na autarquia. O Gabinete foi constituído, temos uma equipa permanente e um trabalho que tem vindo a desenvolver-se ao longo dos anos e estou muito contente que a Herdade da Mesquita tenha iniciado este projecto do campo experimental para a uva Santa Isabel ou para a maçã camoesa, que, penso, será um projecto de sucesso. Foi difícil. Começámos este projecto em 2006, quando fizemos o levantamento das variedades regionais da Península de Setúbal.

Deu algum trabalho, algumas pessoas disseram que éramos malucos e que isto não daria em nada, mas a verdade é que o processo tem vindo em crescendo. Claro que isto só é possível com o estabelecimento de parcerias. Sozinhos não vamos a lado nenhum e este processo de estabelecimento de parcerias com a ADREPES, com a Junta de Freguesia do Castelo, da Quinta do

Conde, etc. vai no sentido de criar uma mais-valia para os agricultores e não só para os agricultores, também para quem se interessa pelos problemas que vão surgindo na agricultura, para nós, pelo menos, podermos escolher aquilo que é nosso, de uma agricultura sustentável e que não causa problemas ao meio ambiente. O cabaz PROVE foi um desses projectos.

Para além destes projectos, a ADREPES apoiou-nos na implementação do Mercado da Lagoa de Albufeira onde vendem exclusivamente produtores locais; temos o Mercado de Levante, aqui em Sesimbra, também para produtores locais, e mantemos nos nossos mercados bancas exclusivamente para produtores locais. É necessário continuar a trabalhar para preservar aquilo que é nosso e nós estamos sempre disponíveis para ir aos locais e avaliarmos os projectos para que tenham sucesso e para que se crie uma mais-valia no nosso território”.



### Edição

ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal

Europe Direct Península de Setúbal

### Desenvolvimento de conteúdos

Cláudia Bandeiras

Rui Monteiro

### Grafismo e paginação

BBG

### Data de edição

Dezembro de 2014

## Comissão Organizadora:



## Cofinanciamento:

